

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.762.803 - MA (2020/0247455-1)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : EDIR CUTRIM
ADVOGADOS : ROSARIO DE FATIMA SILVA AIRES - MA005137
LAYSSON GLAUBER BANHOS LOPES - MA018402
AGRAVADO : ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORE : FLÁVIA PATRÍCIA SOARES RODRIGUES
S
TULIO SIMOES FEITOSA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por EDIR CUTRIM contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO RECONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DOS PARÂMETROS DOS CÁLCULOS A SEREM UTILIZADOS PELA CONTADORIA JUDICIAL NAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 9 DO DECRETO N 2091032 E SÚMULAS N S 150 E 383 DO STF.

Quanto à controvérsia trazida aos autos, aponta dissídio jurisprudencial quanto ao termo inicial do prazo prescricional para a execução do crédito decorrente da sentença proferida em ação coletiva que necessitava de liquidação da obrigação de pagar quantia certa.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do

Superior Tribunal de Justiça

recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF”. (AgRg no REsp 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.616.851/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; AgInt no AREsp 1.518.371/RJ, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 15/5/2020; AgInt no AREsp 1.552.950/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/5/2020; AgInt no AREsp 1.023.256/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 24/4/2020; e AgInt nos EDcl no AREsp 1.510.607/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 1º/4/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente